

#ObservatórioEDJ

Novembro 2024

**Mercenários e Poder:
Uma análise da Nova Geopolítica
em África**

Observatório realizado por:

Andreia Leitão

Emmanuel Carneiro

Sofia Mendes

Vitaliy Venislavskyy

Empresas Militares Privadas como instrumento da política externa global

Atualmente, a Política Externa tem uma componente completamente única e ativa, diferente da visão tradicional centrada no Estado. As Forças Militares Privadas tornaram-se numa indústria global e lucrativa. O valor exato do dinheiro que circula neste mercado obscuro é desconhecido, mas é evidente que o setor está em expansão. Nos últimos anos, operações mercenárias significativas ocorreram em países como o Líbano, Nigéria, Ucrânia, Síria e Iraque. Muitos destes combatentes, movidos pelo lucro, superam as capacidades dos exércitos locais e alguns conseguem até desafiar as principais forças especiais estatais em termos operacionais (McFate, 2019).

O aumento da guerra privada secreta durante a segunda metade do século XX levou à adoção dos Protocolos de Genebra I e II em 1977, que proibiram o uso de mercenários. No Protocolo I, no Artigo 47, o conceito de mercenário foi definido no âmbito do Direito Internacional Humanitário.

Conforme explicado neste artigo, os critérios para identificar mercenários são cumulativos. Isto significa que nenhuma condição listada nas alíneas (a) a (f) é, por si só, suficiente para rotular alguém como mercenário; todas as condições devem ser cumpridas. Segundo o Artigo 47, as características definidoras são as seguintes: o dinheiro é a principal motivação para o alistamento; o recrutamento e o alistamento são especificamente para participar em conflitos armados; o indivíduo envolve-se diretamente no combate; a pessoa é um estrangeiro não residente; e não pode ser membro das forças armadas de nenhuma das partes em conflito ou alguém enviado em missão oficial por um Estado que não esteja envolvido no conflito. Ao interpretar cada elemento desta definição, é importante lembrar que "a intenção no Protocolo... era, por um lado, distinguir entre mercenários que atuam por interesse próprio e voluntários internacionais altruístas, e, por outro lado, ignorar a causa particular que o mercenário serve, ou mesmo o facto de que eles podem estar a usar as suas competências para fins ilegais..." (Major, 1992).

Este envolvimento parecia promissor — até à queda do Muro de Berlim, que desencadeou uma onda de mudanças geopolíticas, incluindo o enfraquecimento do poder estatal e o ressurgimento das forças militares privadas. À medida que o poder do Estado enfraquece, o surgimento de forças militares privadas torna-se inevitável. Esta relação é causal. Na ausência de um aplicador global, os mercenários conseguem novamente operar de forma aberta, sem estarem confinados às sombras. Hoje, apresentam-se sob a forma de corporações multinacionais, muito semelhantes às Companhias Livres medievais, sendo que algumas até são cotadas em bolsa, em Wall Street. O seu ressurgimento marca a erosão da Ordem de Vestfália e um retorno gradual à era caótica que a precedeu.

Guerras sem Estados são o oposto da guerra convencional, deixando os exércitos modernos despreparados. Muitos veem a guerra privada como um paradoxo, ignorando a sua longa história. Num mercado livre de força, estratégias empresariais e militares fundem-se, movidas mais por interesses económicos do que por razões políticas. Esta nuance dificulta que estratégias convencionais reconheçam e enfrentem as guerras privadas de forma eficaz (McFate, 2019).

Em resposta às perceções de desigualdade da ordem internacional liberal, a China posicionou-se estrategicamente como um ator-chave na geopolítica global. Ao abrir a sua economia e ao focar-se em regiões onde a influência ocidental tem diminuído, especialmente em África, a China procura garantir o acesso a recursos naturais vitais e expandir a sua pegada geopolítica. A Iniciativa do Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative - BRI) tem sido central nesta estratégia, facilitando o acesso da China aos mercados e recursos africanos, enquanto desafia a dominância ocidental no continente. Um dos principais instrumentos que Pequim utiliza para proteger os seus ativos políticos e económicos são as Empresas de Segurança Privada (PSC), como o Shandong Huawei Security Group, uma das maiores e mais proeminentes empresas de segurança privada da China, não devendo ser confundida com a gigante tecnológica Huawei.

Paralelamente, a Rússia intensificou o seu envolvimento em África, visando recuperar a sua influência da era soviética através de uma combinação de iniciativas militares, económicas e diplomáticas. Ao contrário da abordagem económica da China, a estratégia da Rússia é principalmente geopolítica, focando-se em enfraquecer a influência ocidental e garantir alianças estratégicas através de apoio militar e exploração de recursos. Para esta estratégia, a Rússia utiliza a sua Empresa Militar Privada (PMC) Wagner para se envolver diretamente com os seus parceiros africanos.

Neste caso, é necessário fazer uma distinção. Empresas Militares Privadas (PMCs) e Empresas de Segurança Privada (PSCs) são ambas organizações privadas que fornecem serviços relacionados com segurança, mas diferem significativamente no âmbito das suas operações e na natureza do seu trabalho.

As PMCs estão principalmente envolvidas em serviços de natureza militar. Isto inclui atividades como operações de combate, treino militar, apoio logístico, recolha de informações e consultoria estratégica. Estas empresas operam frequentemente em zonas de conflito ou em apoio a operações militares, e algumas participam diretamente em combates ofensivos, tornando-se algo semelhantes a forças mercenárias, embora sob o enquadramento legal do seu país de origem ou de contratos com governos.

Em contraste, as PSCs concentram-se em serviços de segurança, e não em operações militares. Prestam serviços como guarda de propriedades, proteção de indivíduos (como guarda-costas), segurança em eventos e monitorização de sistemas

de vigilância. As PSCs tipicamente não se envolvem em combate; o seu papel é mais defensivo, focado na manutenção da segurança, e não na participação em guerras.

Os clientes destes dois tipos de empresas também são diferentes. As PMCs são geralmente contratadas por governos ou organizações militares para apoiar operações militares ou treinar pessoal militar. Podem também trabalhar para organizações internacionais, como as Nações Unidas, ou para corporações privadas envolvidas em esforços de reconstrução em zonas de conflito. Por outro lado, as PSCs são mais frequentemente contratadas por empresas, indivíduos privados e organizações não governamentais para fornecer serviços de segurança. Os governos também podem utilizar PSCs para proteger instalações não militares, como embaixadas ou infraestruturas críticas.

Os quadros legais e regulatórios que regem as PMCs e PSCs também diferem. As PMCs estão sujeitas ao direito internacional, incluindo as Convenções de Genebra, especialmente quando operam em zonas de conflito. As suas atividades são monitorizadas de perto pelos governos contratantes e por organismos internacionais, e muitas vezes exigem licenças especiais para operar. As PSCs, no entanto, são regulamentadas principalmente pelas leis internas dos países onde operam. Embora estejam sujeitas a requisitos de licenciamento e formação, a supervisão das PSCs é geralmente menos rigorosa em comparação com as PMCs, particularmente no que diz respeito ao uso da força. No entanto, como veremos adiante, ambos os atores perseguem os mesmos objetivos e operam num ambiente geopolítico partilhado, o que, por sua vez, cria vários desafios para estabelecer um enquadramento legal eficaz para as suas atividades.

1. Destino: África – Condições que permitiram a vasta implantação de Empresas Militares e de Segurança Privadas (PMC/PSC)

Após o colapso da União Soviética, os Estados Unidos emergiram como a potência global dominante, estabelecendo uma ordem internacional unipolar. Ao longo do tempo, muitos países tornaram-se desiludidos com aquilo que percebem como a hipocrisia da ordem mundial liberal, moldada principalmente pelos EUA e pelos seus aliados ocidentais. Esta ordem liberal, que evoluiu a partir do sistema anterior da "Família das Nações", criado pelas potências americanas e europeias, muitas vezes impõe limitações à soberania dos países do chamado Terceiro Mundo. Para aceder a recursos ou empréstimos internacionais para desenvolvimento, essas nações são frequentemente obrigadas a cumprir condições políticas e económicas impostas pelas potências ocidentais, tornando a soberania política plena algo aparentemente inalcançável para muitos.

Neste contexto, a China viu uma oportunidade. Ao abrir-se gradualmente ao mundo e desenvolver uma economia de mercado, a China procurou expandir a sua presença em vários mercados para sustentar o seu crescimento económico. Esta estratégia envolveu a concentração em regiões onde os países ocidentais mantinham relações tensas. As nações africanas, em particular, criticam as potências ocidentais devido às suas histórias coloniais e às restrições contínuas, mesmo após a independência. Da mesma forma, a China nutre ressentimentos em relação ao Ocidente, atribuindo as suas lutas históricas ao que chama de "cem anos de humilhação".

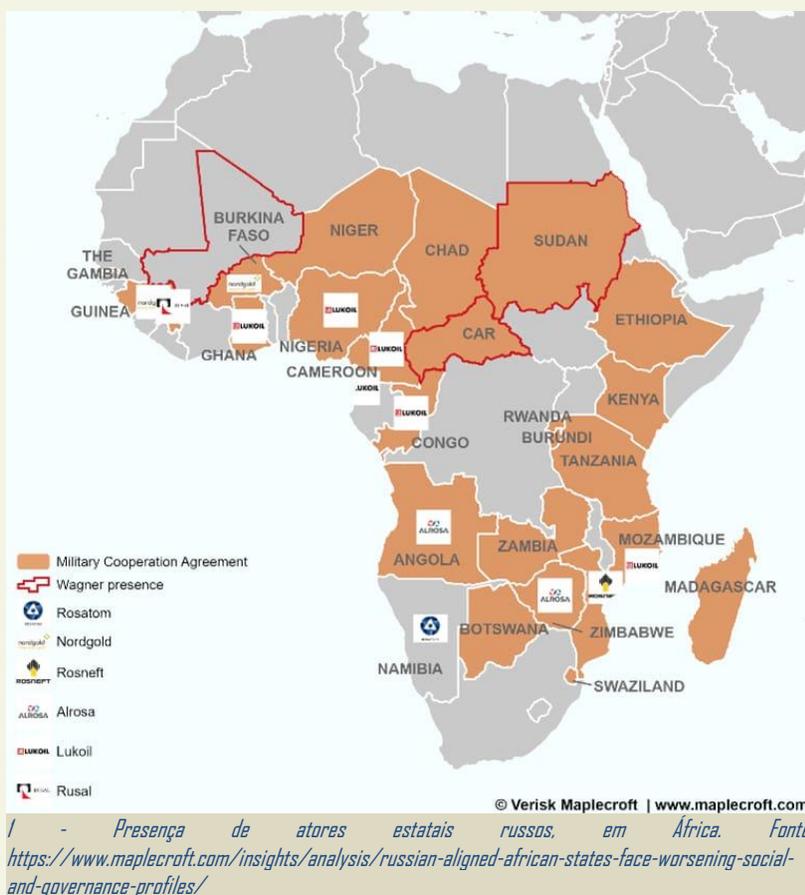
A riqueza de África em recursos naturais, incluindo petróleo, minerais e produtos agrícolas, apresenta oportunidades de investimento substanciais. A Iniciativa do Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI) da China tornou-se uma estratégia crucial tanto para aumentar as suas exportações para o continente como para garantir condições favoráveis para a importação desses recursos essenciais. Ao negociar acordos com regimes africanos, a China assegura um fornecimento contínuo de recursos vitais para as suas indústrias, ao mesmo tempo que conquista mercados para as suas exportações. Esta abordagem não só promove o crescimento económico da China, como também fortalece os seus laços políticos com os governos africanos, potencialmente diminuindo a influência americana na região.

No entanto, o potencial económico de África está ameaçado pelo aumento da instabilidade, o que coloca em risco os investimentos chineses. Para mitigar esses riscos, a China tem recorrido a Empresas de Segurança Privada (PSCs) para proteger os projetos da BRI de interrupções causadas por grupos armados locais. Essas PSCs ajudam a salvaguardar infraestruturas e a manter a estabilidade económica, garantindo que os objetivos da BRI não sejam prejudicados pela agitação regional.

Tanto a China como a Rússia intensificaram o seu envolvimento em África, embora com estratégias diferentes. O foco da China está no desenvolvimento e nas infraestruturas através da BRI, com o objetivo de garantir recursos e expandir a sua influência económica. Em contraste, a Rússia procura aumentar a sua influência geopolítica e contrariar as potências ocidentais, particularmente os EUA e os países europeus. O envolvimento da Rússia é impulsionado pelo desejo de formar alianças estratégicas com os países africanos, ganhar apoio em fóruns internacionais e aceder aos recursos naturais do continente. Além disso, a Rússia fornece assistência militar e de segurança através de entidades como o Grupo Wagner, reforçando a sua presença em áreas propensas a conflitos.

Apesar das suas abordagens distintas, tanto a China como a Rússia estão a remodelar o panorama político e económico de África. Os seus esforços desafiam a influência tradicional do Ocidente e expandem o seu alcance global, refletindo uma mudança significativa nas relações internacionais do continente.

a. Implantação russa em África



Num esforço para recuperar a presença soviética em África, a Rússia tem optado por uma aproximação a vários países do continente. A posição internacional de Moscovo visa apresentar-se como uma alternativa às falhas das Instituições Globais (que a Rússia denomina como o "Ocidente Coletivo") em relação aos esforços de desenvolvimento na região. Deste modo, Moscovo procura aumentar a sua importância geopolítica, em meio a uma competição crescente com o Ocidente.

A Rússia está, de facto, a consolidar a sua posição em África devido ao fracasso dos esforços das instituições ocidentais no

continente. Por exemplo, estratégias mal alinhadas de contraterrorismo minaram os governos que se pretendia apoiar, o que resultou em mais violência e instabilidade. A ajuda económica e as políticas implementadas muitas vezes conduziram a

um crescimento lento, ao aumento da dívida e à inflação, desestabilizando governos e impedindo o progresso social. Além disso, a pressão pela ocidentalização foi criticada por diminuir as identidades culturais africanas e fomentar a dependência. O mau funcionamento das instituições africanas, frequentemente agravado por uma liderança inadequada e pressões externas, contribuiu para a percepção de que o Ocidente falhou no apoio ao desenvolvimento e à estabilidade em África.

O envolvimento da Rússia em África caracteriza-se por uma combinação estratégica de iniciativas geopolíticas, económicas e militares. Geopoliticamente, a Rússia procura expandir a sua influência na região do Sahel e para além dela, estabelecendo novos grupos militares, como o African Corps no Burkina Faso, para afirmar a sua presença. Esta movimentação faz parte de uma ambição mais ampla de estender a influência russa por todo o continente, posicionando-se como um ator importante nos assuntos regionais.

Economicamente, a Rússia aumentou significativamente o comércio com as nações africanas, tornando-se um importante fornecedor de armas. Este envolvimento económico é complementado pelo interesse da Rússia nos recursos naturais abundantes de África, desde minerais até ao setor energético. Diplomáticamente, a Rússia tem-se mostrado proativa no fortalecimento de relações através de plataformas como a Cimeira Rússia-África, sinalizando um compromisso em reacender os laços históricos da era soviética e oferecer uma alternativa às influências ocidentais em África. Estes esforços sublinham a intenção da Rússia de revitalizar as suas conexões e melhorar a sua posição no continente.

No entanto, ao contrário da China, que oferece uma maior parceria económica, a Rússia tem-se concentrado na segurança de regimes, o que pode levar a vários problemas, principalmente ao fortalecer líderes autoritários e corruptos. O financiamento desses serviços, muitas vezes prestados pelo Grupo Wagner, envolve frequentemente práticas altamente exploradoras, como a troca por concessões mineiras fora dos registos oficiais. Em outras palavras, a Rússia atua como um "fornecedor de segurança", mas esta segurança é relativa, pois fortalece uma facção no poder em detrimento das outras. Os mercenários russos desempenham um papel significativo nesse processo e, até à invasão da Ucrânia, o Grupo Wagner detinha o monopólio da estratégia de segurança russa em África.

Com a morte de Yevgeny Prigozhin (então líder do Grupo Wagner e aliado próximo de Putin), surgiram especulações sobre a futura liderança e reestruturação do grupo. As autoridades ocidentais questionam quem será o sucessor e como isso impactará as operações em África. O Ministério da Defesa do Reino Unido indicou que, devido às perdas substanciais e à invasão da Ucrânia, a Rússia foi forçada a redirecionar o pessoal do Wagner para a Ucrânia, afetando as operações em África e na Síria.

Antes da morte de Prigozhin, as operações do Grupo Wagner em África eram diversas e de grande impacto, especialmente em regiões ricas em recursos naturais. No Sudão, o Wagner apoiou o exército no conflito com o Sudão do Sul, ao mesmo tempo que assegurava o acesso a recursos valiosos como ouro, urânio e diamantes. Na República Centro-Africana (RCA), desde 2018, Wagner tem controlado setores lucrativos, incluindo a mineração de ouro e diamantes, e expandido para outras indústrias, como a produção de álcool e café, o que não só proporcionou benefícios financeiros como também consolidou uma presença significativa da Rússia na economia e nos assuntos internos do país.

A Líbia, o Mali e o Burkina Faso também testemunharam a pegada do Wagner. Na Líbia, o grupo participou em operações de desminagem e prestou assistência militar a facções aliadas ao Marechal Khalifa Haftar. No Mali e no Burkina Faso, as atividades do Wagner incluíram treino militar e esforços de contraterrorismo, exemplificados pela criação de novos grupos militares, como o African Corps.

Com a dissolução informal do Grupo Wagner, emerge uma nova figura central na política externa russa em África – o Tenente-general Yunus-Bek Yevkurov, Vice-Ministro da Defesa da Rússia. Segundo uma investigação conduzida pelo **Washington Post Journal** em setembro de 2023, Yevkurov é agora responsável pelas relações estabelecidas com os líderes africanos. A liderança operacional está a cargo do Major-general Andrey Averyanov, que comanda a Unidade de Operações Secretas no GRU. Este desenvolvimento indica que a implementação dos interesses de Putin em África será mais controlada pelo Estado do que nunca. No terreno, o trabalho continua a ser realizado por mercenários, agora pertencentes a empresas como a "Redut PMC" ou o "African Corps".

Entre agosto e setembro de 2023, ambos os líderes realizaram uma visita oficial a países africanos, incluindo a Líbia, República Centro-Africana, Mali e Burkina Faso. Na Líbia, a embaixada russa encontrou-se com Khalifa Haftar, comandante do Exército Nacional Líbio (LNA), discutindo um possível aprofundamento do envolvimento russo no país. Relatos indicam que Haftar solicitou sistemas de defesa antiaérea e treino para pilotos e forças especiais, com a Rússia disposta a aceitar o acordo sob duas condições: a melhoria das bases usadas pelo Grupo Wagner e o livre acesso ao porto de Tobruk.

Embora ainda não seja claro se o acordo foi finalizado, é evidente que o Eixo Africano da política externa russa está a sofrer uma reestruturação, com o Ministério da Defesa a assumir um papel central. O conceito de política externa da Rússia, atualizado secretamente, delinea várias ações para enfraquecer os adversários ocidentais, incluindo os EUA, e para desestabilizar a ordem mundial atual.

Em resumo, os objetivos da Rússia em África estão profundamente ligados à sua estratégia geopolítica mais ampla, que visa desafiar a hegemonia ocidental e remodelar a ordem global. Ao explorar as falhas das intervenções ocidentais, Moscovo

posiciona-se como um parceiro alternativo para as nações africanas, oferecendo segurança, laços económicos e cooperação militar, ao mesmo tempo que avança os seus próprios interesses geopolíticos e económicos.

b. Desdobramento da China em África

A economia da China é caracterizada como uma economia de mercado, fortemente dependente das exportações. Nas últimas décadas, a China tem procurado formas de competir em vários sectores com grandes potências, como os Estados Unidos, para reforçar o seu estatuto de potência global. Como já mencionado, a China não foi o primeiro Estado a introduzir empresas de segurança privada (PSCs) em África. A Rússia tem sido notória por esta prática, mas as PSCs chinesas diferem significativamente das empresas militares privadas (PMCs) russas.

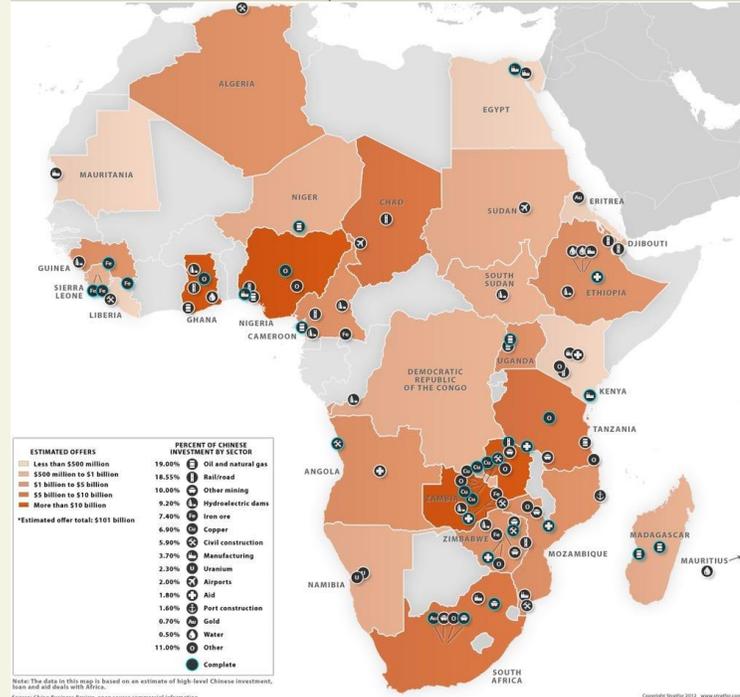
As PSCs chinesas não são completamente

privadas, uma vez que o governo chinês é obrigado a ter interesse em todas as empresas de segurança. Além disso, 95% do pessoal dessas empresas são ex-militares do Exército de Libertação Popular, ex-forças especiais e ex-policías paramilitares. Em contraste, as PMCs russas, como o Grupo Wagner, são frequentemente contratadas para preencher lacunas em estruturas de governação e envolver-se em guerras e conflitos armados em nome dos seus contratantes, geralmente governos e regimes africanos. O Grupo Wagner, por exemplo, tem um registo notório de atrocidades cometidas durante as suas operações no Mali e na República Centro-Africana, incluindo execuções em massa, violações, rapto de crianças e abusos físicos, contribuindo para a instabilidade crescente entre as populações locais.

As PSCs chinesas, por outro lado, focam-se principalmente na proteção de projectos de infraestrutura construídos e financiados através da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) e na segurança dos cidadãos chineses no estrangeiro (Bartlett, 2023).

Adicionalmente, as PSCs chinesas são caracterizadas pela falta de transparência, tensões sociais, influência das elites políticas e fracos controlos nacionais, o que aumenta a probabilidade de comportamentos desordeiros, especialmente no

2 - Investimentos chineses, em África, desde 2010. Fonte: <https://www.businessinsider.com/map-chinese-investments-in-africa-2012-8?amp>



que toca a violações de direitos humanos. O Africa Center sublinha a necessidade urgente de processos regulatórios mais robustos em África para garantir que os cidadãos africanos estejam protegidos dos efeitos adversos causados pelas ambições políticas e económicas de potências externas (Nantulya, 2021).

Embora os programas e parcerias da China em África vão além da esfera económica, é evidente que iniciativas como a BRI são, em primeira instância, impulsionadas por interesses económicos, em vez de pura competição de grandes potências. A BRI fomenta relações políticas e influência, mas estas são secundárias aos benefícios económicos mútuos. Contrariamente à crença popular, a China não demonstra preferência por parcerias com países autoritários em detrimento de democracias. O interesse do governo chinês em países específicos é impulsionado por motivos económicos e não políticos. Por exemplo, as empresas chinesas que operam em África concentram-se predominantemente na extração de recursos em países como a Etiópia, Angola e Zâmbia (Sheehy, 2022).

Um exemplo notável é o Grupo de Segurança DeWe, uma das PSCs chinesas mais conhecidas, responsável pela supervisão de questões de segurança para grandes entidades chinesas, como a China Communications Construction Company, a China Petroleum and Chemical Corporation, a China State Construction Engineering Corporation e o Banco de Desenvolvimento da China. Todas estas entidades têm uma presença significativa em África. Consequentemente, a DeWe opera em vários países africanos, incluindo os Camarões, Chade, República Democrática do Congo, Djibouti, Etiópia, Gabão e Nigéria, devido às ligações aos seus clientes e aos projetos no terreno (Nantulya, 2020).

O Grupo de Segurança DeWe colabora estreitamente com a polícia africana, forças militares e empresas de segurança locais, fornecendo tecnologias de segurança, formação em segurança pública, proteção no local e desenvolvimento de planos de segurança. Desde 2011, a DeWe já realizou mais de 3.000 sessões de formação nos países parceiros, formou mais de 70.000 contratantes chineses e colaborou com as forças de segurança locais em mais de 1.000 incidentes que envolveram alvos chineses no estrangeiro.

A DeWe foi contratada para proteger um projeto de gás natural de 4 mil milhões de dólares na Etiópia, o maior projeto já garantido por empresas de segurança chinesas no estrangeiro, de acordo com uma investigação do Financial Times em 2017. Este contrato foi adjudicado pelo Grupo Poly-GCL Petroleum da China. No Quênia, a DeWe treina guardas locais para a Linha Ferroviária de Bitola Padrão, que liga Mombaça, Nairobi e Naivasha, num contrato com a China Roads and Bridges Corporation. Este esforço apoia o Ministério da Segurança Pública da China, que coordenou a formação da força de proteção ferroviária de elite do Quênia. No Sudão do Sul, a DeWe gere a segurança da China National Petroleum Corporation, que opera a infraestrutura de produção e exportação de petróleo do país.

Em julho de 2016, durante os intensos combates em Juba, Sudão do Sul, os capacetes azuis chineses permaneceram nas suas bases, deixando 330 trabalhadores chineses encurralados. Apesar do mandato da ONU para proteger os trabalhadores e os ativos petrolíferos, a evacuação ficou a cargo da DeWe. No entanto, o pessoal da DeWe estava desarmado e as suas instalações não tinham proteção balística. A administração da DeWe recrutou sul-sudaneses armados como reforço e instruiu os cidadãos chineses a abrigarem-se no local. A extração só foi possível após as forças ugandesas assegurarem o aeroporto, com os laços próximos de Pequim com as Forças de Defesa do Povo do Uganda a desempenharem um papel significativo no sucesso da operação.

A estratégia de investimento da China é, essencialmente, impulsionada pelos seus interesses económicos, na medida em que procura garantir o acesso aos vastos recursos naturais de África, incluindo petróleo, minerais e metais, essenciais para sustentar o seu rápido crescimento industrial e desenvolvimento económico. Adicionalmente, a China vê África como um mercado significativo para os seus bens e serviços, procurando expandir o seu alcance comercial global através de investimentos em infraestrutura e indústrias.

Estrategicamente, a China utiliza os seus investimentos para construir relações diplomáticas e fortalecer a sua influência em África. Esta abordagem geopolítica ajuda a China a ganhar apoio em fóruns internacionais e a garantir os seus interesses estratégicos. África desempenha um papel crucial na Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) da China, que visa melhorar as rotas de comércio global e as ligações de infraestrutura. Ao integrar África nesta rede global, a China beneficia não apenas economicamente, mas também apoia o desenvolvimento dos países africanos participantes.

Além disso, os investimentos da China incluem a concessão de ajuda ao desenvolvimento e o financiamento de projetos de infraestrutura, como estradas, escolas e hospitais. Esta assistência contribui para a melhoria das economias locais e fomenta a boa vontade entre as nações africanas. No geral, o envolvimento da China em África é uma mistura complexa de objetivos económicos, estratégicos e diplomáticos, com o objetivo de fomentar o crescimento e a influência a longo prazo no continente (Mamchii, 2023).

Os interesses estratégicos da China em África concentram-se em quatro objetivos principais. O acesso a recursos naturais, especialmente petróleo e gás, é prioritário, levando a investimentos significativos nos sectores petrolíferos de países como Sudão, Angola e Nigéria. Além disso, África constitui um mercado crucial para as exportações chinesas, ajudando a China a diversificar a sua economia e a reduzir a dependência de indústrias intensivas em mão-de-obra, à medida que os custos laborais internos aumentam (Hanauer e Morris, 2014).

2. O que está em jogo para os EUA e a Europa? Como agir para garantir uma posição favorável no continente?

A Euromonitor International identificou quatro indústrias estratégicas fundamentais para 2024: baterias, maquinaria, componentes eletrónicos e farmacêutica. Atualmente, a China lidera em todos estes sectores. A produção de baterias requer recursos como manganês, cobalto, grafite, níquel, alumínio, cobre e plásticos. Da mesma forma, a indústria de maquinaria depende de matérias-primas como aço, alumínio e cobre. Os componentes eletrónicos utilizam recursos como lítio, cobre, ouro e prata.

Nesta análise, um fator comum entre esses recursos é o facto de a China os importar de África e procurar controlar essas reservas tanto quanto possível. A China é o maior consumidor mundial da maioria dos metais de base e, apesar de produzir muitos deles internamente, depende fortemente das importações para manter os seus stocks. É o maior consumidor e produtor global de alumínio, minério de ferro, chumbo e zinco. Especificamente, a China absorve 30% da produção mundial de zinco, 25% da de chumbo, cerca de 22% da produção refinada de cobre, aproximadamente 27% da produção mundial de ferro e aço, e 25% da de alumínio. Além disso, a China consome quase o dobro de cobre em comparação com os Estados Unidos.

Esta dependência de recursos naturais levou a China a estabelecer uma Reserva Estratégica de Minerais para tirar partido do seu acesso durante períodos de escassez. A China importa cerca de 100 mil milhões de dólares em metais de base anualmente, representando mais de 25% dos fornecimentos globais. Esta necessidade de recursos sublinha o foco estratégico da China em garantir materiais cruciais para o avanço económico e tecnológico.

Para além das indústrias mencionadas, estes recursos têm aplicações vastas. O cobalto é essencial para a produção de elétrodos de baterias recarregáveis e ligas, enquanto o manganês é utilizado na produção de aço. O cobre é indispensável em equipamentos elétricos, fiação, motores e maquinaria industrial. O zinco tem utilizações diversas em metais, borrachas e medicina, enquanto o chumbo é usado em baterias, tintas, cerâmicas, soldas, gasolina e munições.

Basicamente, o controlo e o acesso a estes recursos, particularmente os provenientes de África, são vitais para a manutenção da força económica e da vantagem competitiva no mercado global atual.

Atualmente, a China domina o mercado global de terras raras, produzindo 60% dos elementos de terras raras mundiais e processando cerca de 90% deles. Esta dependência acentuada do processamento ilustra o quase monopólio da China sobre a cadeia de abastecimento de terras raras. Os elementos de terras raras—compostos por um grupo de 17 metais—são

críticos para várias tecnologias, incluindo sistemas de defesa, como mísseis, lasers e sistemas montados em veículos, como tanques, bem como para comunicações militares. São também essenciais para eletrônicos de consumo, como computadores, televisores e smartphones, e desempenham um papel central nas tecnologias de energia limpa, vitais para a descarbonização.

A corrida pelos minerais, especialmente aqueles provenientes de África, está cada vez mais entrelaçada com a segurança transatlântica e a defesa dos Estados Unidos e da União Europeia. À medida que a China consolida o seu controlo sobre recursos essenciais como o cobalto, o lítio e as terras raras, não só reforça o seu poder económico e tecnológico, como também coloca um desafio estratégico às nações ocidentais. Esta competição pelo acesso a materiais essenciais é crucial para manter as capacidades militares e promover a inovação tecnológica.

A União Europeia está particularmente vulnerável devido à sua quase total dependência da China, tanto para o fornecimento como para o processamento destes materiais cruciais. Esta dependência representa uma ameaça económica significativa para a UE, sublinhando um desafio mais amplo: atingir as metas climáticas sem comprometer a independência geopolítica e a competitividade económica. A dependência da China para as terras raras exemplifica a luta da UE para equilibrar objetivos ambientais com a necessidade de autonomia estratégica e económica (Baskaran, 2024).

O crescente domínio da China em indústrias estratégicas, como baterias, maquinaria, componentes eletrónicos e farmacêutica, representa ameaças significativas para os Estados Unidos. O controlo da China sobre matérias-primas essenciais, especialmente provenientes de África, ameaça a competitividade económica e tecnológica dos EUA. À medida que a China garante recursos como cobalto, lítio e elementos de terras raras, poderá restringir o acesso dos EUA a materiais críticos para sistemas de defesa militar e tecnologias de energia limpa. A dependência dos EUA destes minerais, tanto para a segurança nacional como para o avanço tecnológico, torna o país vulnerável a interrupções nas cadeias de abastecimento, que a China poderia explorar em períodos de escassez ou tensões geopolíticas. Além disso, o quase monopólio da China no processamento de terras raras agrava este risco, potencialmente comprometendo as capacidades militares dos EUA e a resiliência económica face à crescente competição global por esses recursos críticos.

3. Política externa dos EUA e da UE: rumo a uma cooperação equilibrada com África

Para concluir, a política externa dos EUA em relação a África não deve centrar-se apenas nos direitos humanos e na democratização. Pelo contrário, deve adotar uma abordagem diplomática baseada na igualdade, no benefício mútuo e na tolerância cultural (Dambre, 2023). Para competir de forma eficaz com a Rússia e a China em África, os Estados Unidos poderiam adotar as seguintes estratégias:

- **Reforço do Envolvimento Económico:** Os EUA devem fortalecer os laços económicos com as nações africanas, aumentando o comércio e o investimento. Isto pode ser alcançado através de iniciativas específicas, acordos comerciais preferenciais e apoio a parcerias com o setor privado. Ao enfatizar práticas empresariais justas, transparência e o cumprimento das normas laborais e ambientais, os EUA podem destacar-se dos seus concorrentes.
- **Desenvolvimento de Infraestruturas:** Priorizar o desenvolvimento de infraestruturas, incluindo transporte, energia e conectividade digital, deve ser um foco central para os EUA. Através da prestação de conhecimentos técnicos, investimento e apoio a projetos de infraestruturas sustentáveis, os EUA podem contribuir significativamente para o desenvolvimento de África e consolidar-se como um parceiro fiável.

De forma paralela, a UE deve adotar uma estratégia diplomática multifacetada que promova o crescimento mútuo e a colaboração. A UE deve concentrar-se na construção de parcerias estratégicas e de longo prazo com os países africanos, alinhando-se com os seus objetivos de desenvolvimento. Esta abordagem implica a realização de iniciativas conjuntas que abordem tanto as prioridades europeias como africanas, como o desenvolvimento sustentável, as alterações climáticas e o crescimento económico, garantindo que ambas as partes beneficiam destas colaborações (Ayadi e Ronco, 2023).

- **Reforço dos Laços Económicos:** O fortalecimento dos laços económicos deve ser uma prioridade, alcançada através da expansão das oportunidades comerciais e de investimento. A UE pode negociar acordos comerciais abrangentes que ofereçam acesso preferencial aos bens e serviços africanos, apoiar o investimento em sectores vitais, como infraestruturas, tecnologia e agricultura, e encorajar as empresas europeias a envolverem-se mais profundamente no mercado africano.

Outro domínio importante é o **apoio a iniciativas de desenvolvimento sustentável** que se alinhem com as necessidades de África. A UE deve investir em projetos que promovam a energia renovável, a resiliência climática e a agricultura sustentável.

Ao apoiar a transição de África para uma economia verde, a UE pode contribuir para a estabilidade e o crescimento a longo prazo no continente.

Os **intercâmbios educacionais e culturais** entre a Europa e África também devem ser promovidos. A expansão de programas de bolsas de estudo, parcerias académicas e iniciativas culturais facilitará a partilha de conhecimentos e reforçará as conexões entre os povos, promovendo uma maior compreensão mútua.

A UE deve também apoiar esforços para **melhorar a governação** e combater a corrupção em África. Isto pode ser feito através da prestação de assistência técnica, programas de capacitação e da partilha de boas práticas para uma governação transparente e responsável.

Abordar os desafios relacionados com a **migração e segurança** através de esforços cooperativos com os países africanos é crucial. O desenvolvimento de estratégias conjuntas para gerir os fluxos migratórios, reforçar a segurança nas fronteiras e combater o terrorismo e o crime organizado contribuirá para a estabilidade e segurança regionais.

O **investimento na saúde e na educação** é essencial para o desenvolvimento a longo prazo. A UE deve concentrar-se na melhoria das infraestruturas de saúde, na prevenção de doenças e em programas educacionais para melhorar a qualidade de vida e criar oportunidades para a juventude africana.

Finalmente, ao defender os direitos humanos e a inclusão social, a UE deve garantir que estes princípios sejam integrados nas suas relações diplomáticas. O apoio a organizações da sociedade civil e a promoção da igualdade de género e da justiça social reforçarão o impacto geral das relações entre a UE e África.

Ao adotar estas estratégias, a UE pode fortalecer a sua relação diplomática com África, promovendo uma parceria mais equilibrada e mutuamente benéfica que apoie tanto o desenvolvimento regional como os interesses internacionais mais amplos.

Referências e Leituras Recomendadas

Ayadi, R. and Ronco, S. (2023). *The EU-Africa Partnership and Development Aid*. [online] CEPS. Available at: https://cdn.ceps.eu/wp-content/uploads/2023/04/CEPS-2023-10-In-depth-analysis-EU_Africa.pdf [Accessed 25 Jul. 2024].

Bartlett, K. (2023). *How Chinese Private Security Companies in Africa Differ from Russia's*. [online] VOA. Available at: <https://www.voanews.com/a/how-chinese-private-security-companies-in-africa-differ-from-russia-s-/7030946.html>.

Baskaran, G. (2024). What China's Ban on Rare Earths Processing Technology Exports Means. *www.csis.org*. [online] Available at: <https://www.csis.org/analysis/what-chinas-ban-rare-earths-processing-technology-exports-means>.

Belton, C. (2024). Secret Russian Foreign Policy Document Urges Action to Weaken the U.S. *Washington Post*. [online] 17 Apr. Available at: <https://www.washingtonpost.com/world/2024/04/17/russia-foreign-policy-us-weaken/>.

Chason, R. and Debout, B. (2023). *In Wagner's largest African outpost, Russia looks to tighten its grip*. [online] Washington Post. Available at: <https://www.washingtonpost.com/world/2023/09/18/wagner-central-african-republic-touadera/>.

Dambre, D.L. (2023). *Why the U.S. is Losing Africa to China and Russia*. [online] Modern Diplomacy. Available at: <https://moderndiplomacy.eu/2023/07/23/why-the-u-s-is-losing-africa-to-china-and-russia/>.

French, H.W. (2023). Are China and Russia Bad for Africa? That's the Wrong Question. *Foreign Policy*. [online] 1 May. Available at: <https://foreignpolicy.com/2023/05/01/china-russia-africa-economy-loans-wagner-group-development/>.

Hanauer, L. and Morris, L.J. (2014). *China in Africa: Implications of a Deepening Relationship*. [online] Rand.org. Available at: https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RB9760.html.

Mamchii, O. (2023). *Why Is China Keen to Invest in Africa's Economic Growth?* [online] bestdiplomats.org. Available at: <https://bestdiplomats.org/why-is-china-investing-in-africa/>.

Nantulya, P. (2020). *Chinese Security Contractors in Africa*. [online] Carnegie Endowment for International Peace. Available at: <https://carnegieendowment.org/2020/10/08/chinese-security-contractors-in-africa-pub-82916>.

Nantulya, P. (2021). *Chinese Security Firms Spread along the African Belt and Road*. [online] Africa Center for Strategic Studies. Available at: <https://africacenter.org/spotlight/chinese-security-firms-spread-african-belt-road/>.

Sheehy, T. (2022). *10 Things to Know about the U.S.-China Rivalry in Africa*. [online] United States Institute of Peace. Available at: <https://www.usip.org/publications/2022/12/10-things-know-about-us-china-rivalry-africa>.

Major, M. F. (1992). Mercenaries and international law. *Ga. J. Int'l & Comp. L.*, 22, 103.



Associação de Estudos Europeus - EuroDefense-Jovem Portugal

jovem@eurodefense.pt

Palácio Bensaúde—Estrada da Luz, 151

1600-153 Lisboa | Portugal

